

Bolsonaro na Cúpula do Clima: *fake news* no mundo da pós-verdade?

OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (OIMC)
DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)

Um ano depois da famosa reunião ministerial de abril de 2020, em que o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendeu a tática do “passar a boiada” em matéria de política ambiental, o discurso de Bolsonaro na Cúpula dos Líderes pelo Clima, convocada pela nova administração Biden-Harris à frente da Casa Branca, provocou enorme surpresa, não só da sociedade brasileira, mas em boa parte da comunidade internacional. O discurso de Bolsonaro apresentou conquistas e compromissos do governo brasileiro totalmente desconectados da realidade dos posicionamentos e das políticas implementadas desde que assumiu a presidência em janeiro de 2019.

Bolsonaro chegou ao encontro com descrédito, após uma série de críticas da sociedade civil brasileira e internacional frente ao aumento das taxas de desmatamento e às práticas ilegais intensificadas na Amazônia. Além disso, as sucessivas polêmicas por declarações de Ricardo Salles, especialmente o condicionamento da redução em 40% de desmatamento atual ao acesso pelo governo brasileiro ao financiamento estadunidense de USD 1 bilhão de dólares, também reforçaram a dificuldade que Bolsonaro enfrenta de recuperar a credibilidade do Brasil nas negociações climáticas multilaterais. Segundo o Imazon, em 2020, a Amazônia perdeu a maior área de floresta verde dos últimos dez anos: 8.058 km². Este dado representa um aumento de 30% do desmatamento, se comparado com os dados de 2019. Todas as taxas de desmatamento mais recentes, quando considerados os anos em que Salles esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente, são as maiores desde 2008. A proposta brasileira, traduzida em condicionalidade, foi interpretada de forma negativa por senadores estadunidenses democratas, que, em carta enviada a Biden, pediram que qualquer repasse financeiro ao Brasil fosse condicionado à redução real e substancial do desmatamento na Amazônia.

Ostentando o Brasil como uma liderança ambiental incontestável, o presidente ressaltou que o país é rico em biodiversidade, uma potência “agroambiental” (que teria realizado uma revolução “verde” no campo graças à agricultura “sustentável”), além de dispor de uma matriz energética muito favorável ao clima, que impulsiona uma economia inovadora em matéria de fontes limpas e outras tecnologias, como hidrogênio e biocombustíveis. Ou seja, Bolsonaro procurou enfatizar aspectos por ele considerados positivos no perfil energético, ambiental e climático do país, em grande parte fruto dos esforços de administrações anteriores e não de políticas implementadas na sua gestão. Aliás, muitas das agendas defendidas por Bolsonaro, como o desenvolvimento da Amazônia baseada no agronegócio, são atravessadas por contradições, mas estas evidentemente passaram ao largo do pronunciamento oficial brasileiro.

DESMATAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS

Área desmatada em terras indígenas da Amazônia Legal, em km², entre 2008 e 2019



Se, por um lado, é verdade que a natureza foi muito generosa com o Brasil, a fala de Bolsonaro na Cúpula dos Líderes pelo Clima, por outro lado, parece contar uma fantasiosa verdade de que o projeto de poder que ele tem impulsionado em suas decisões políticas visaria a preservar essa abundância ecológica e de biodiversidade, assim como suas populações, em particular os indígenas, os quilombolas e as diversas comunidades tradicionais. Ainda, na mesma linha desse “cartão de visitas verde”, em parte real, porém em (boa) parte imaginário e falacioso, Bolsonaro chamou a atenção para a necessidade de que haja diálogos com a sociedade civil, comunidades e os povos indígenas – outra ênfase que surpreendeu a sociedade brasileira devido ao padrão exatamente oposto das práticas e dos discursos do governo federal.

As inconsistências entre as propostas audaciosas e a realidade foram muitas: (i) a proposta de dobrar o investimento em fiscalização de desmatamento, quando o orçamento atual é o menor dos últimos 21 anos e quando as estruturas e as práticas integradas de detecção e fiscalização de desmatamento, incluindo instituições como IBAMA, Polícia Federal, INPE, entre outras, construídas ao longo das últimas décadas, têm sido progressivamente desmanteladas; (ii) a afirmação de que o país representa menos de 3% das emissões globais, quando, na verdade, responde por 4 a 5 % das emissões mundiais, segundo dados do IPCC (“International Panel on Climate Change”); (iii) o destaque para a preservação da floresta amazônica, sobre a qual afirmou que o país possui 84% do bioma preservados, quando – em verdade – há uma estimativa de que 20% da floresta já foi desmatada, com uma adição de 10 a 20% de áreas em diferentes graus de degradação.

É curioso notar que o tom mais moderado de Bolsonaro neste 22 de abril de 2021 contrasta não apenas com as políticas e as práticas de seu governo, mas igualmente com o perfil adotado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019. Em seu primeiro discurso na ONU, Bolsonaro falou de enfrentamento ao multilateralismo e fez acusações a outros governos por ele considerados uma ameaça a uma ordem internacional idealmente pautada por valores liberais e pela solidariedade entre os cristãos. Seu pronunciamento sobre política externa, há dois anos, visava a agradar seus apoiadores nacionais. Em 2020, poucos dias depois de ter mudado seu ministro no Itamaraty, um Bolsonaro mais “soft”, porém menos real, parece ter sido obrigado a abandonar seus fiéis seguidores negacionistas no plano doméstico, a fim de responder a pressões externas a favor de uma ação coletiva pró-clima. O que terá sido discutido entre Brasília e Washington nas reuniões a portas fechadas nas últimas semanas nunca saberemos, mas a pressão externa parece ter surtido efeito, pelo menos no que tange a este pronunciamento.

Quanto às negociações internacionais e às metas, Bolsonaro chamou a atenção para o que seria, segundo ele, a causa real do problema climático atual: as emissões dos países industrializados. Nesse sentido, voltou a apelar ao conhecido princípio das responsabilidades comuns, porém historicamente diferenciadas, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Tal posição foi também defendida pelo presidente chinês Xi Jinping em seu discurso.

China e Brasil são fortes defensores deste princípio e, ao lado de países como Índia e África do Sul, negociaram a favor de sua inclusão na Convenção-Quadro de 1992 e no acordo de Paris de 2015. Esse apelo serviu para contextualizar o anúncio de Bolsonaro de metas brasileiras de redução de emissões em até 40% em 2030, diante da recente (e já nada ambiciosa) NDC brasileira (da sigla em inglês: “nationally determined contributions”, contribuições nacionalmente determinadas), apresentada pelo governo federal no final de 2020. Esse anúncio é grave para a comunidade climática brasileira, pois sinaliza mais uma vez que o governo não tem interesse em manter seus compromissos, nem mesmo aqueles que ele próprio anuncia. Representa, ainda, uma meta menos ambiciosa que a anterior, o que sugere um constrangimento sem justificativa perante os líderes reunidos na Cúpula.

Bolsonaro assumiu 2050 como o ano para a neutralidade brasileira, antecipando em dez anos o prazo estipulado anteriormente. Em sua NDC de dezembro de 2020, a meta estipulada era para o ano de 2060. A meta da NDC brasileira se assemelhava a de outros países em desenvolvimento como a China, que manteve sua proposta oficial na Cúpula do Clima de alcançar a neutralidade de carbono até 2060. A antecipação do prazo por Bolsonaro reflete uma resposta ao pedido de Biden para que o país se comprometesse com a neutralidade até 2050, meta que o governo estadunidense vem defendendo desde o início da nova gestão.

Diante desse anúncio, fica um vazio de informações para a comunidade climática brasileira, pois seria necessário apresentar uma revisão da NDC atual. Uma vez mais, o campo de ativistas, pesquisadores e ONGs brasileiros assiste ao descompasso entre anúncios e falta de planejamento, além da manipulação de dados e das incertezas de modo irresponsável. Quanto à neutralidade, por mais que possa ser positiva, a desconfiança aponta para o fato de que Bolsonaro não apresenta diretrizes de como ou com quais ferramentas planeja alcançar uma meta tão ambiciosa.

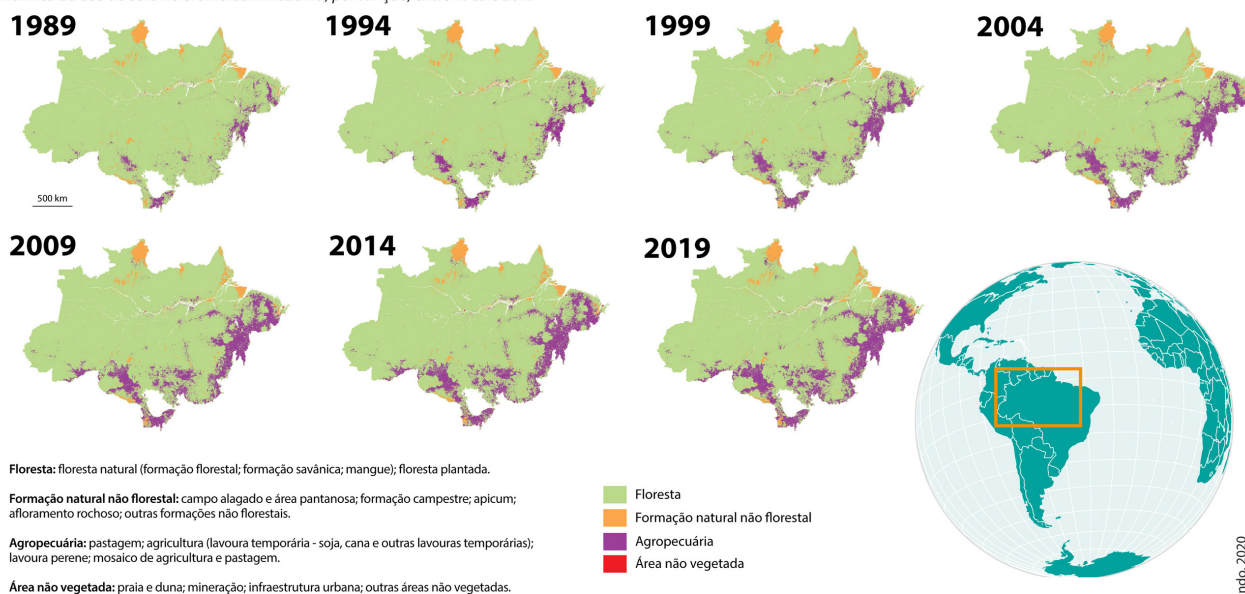
Para a COP 26, Bolsonaro afirmou que as negociações-chave para o Brasil se darão em torno dos artigos 5 e 6 do Acordo de Paris, e que o país terá a missão de adotar plenamente os mecanismos previstos em ambos os artigos. Em relação ao artigo 6, Bolsonaro pontuou os mercados de carbono como meios cruciais de fonte de recursos e investimentos para impulsionar a ação climática.

Ainda em relação ao artigo 5, mencionou a necessidade de haver uma justa remuneração pelos serviços ambientais prestados, como forma de reconhecer o caráter econômico das atividades de conservação implementadas pelo país. Esse posicionamento não corresponde ao discurso alinhado do governo de barganhar com Washington, conforme as propostas apresentadas por Salles nos dias anteriores à Cúpula.

Outra promessa feita por Bolsonaro foi a eliminação do desmatamento ilegal até 2030, por meio de “comando” e “controle” com reforço dos organismos ambientais nacionais. O suposto fortalecimento dos órgãos ambientais para justificar o uso da força é outra questão-chave, pois, de um lado, sabe-se do desmantelamento dessas instituições de monitoramento e controle, e, de outro, dá validade a um plano sem coordenação e que pode abrir precedentes a problemas ainda mais sérios em relação à segurança na Amazônia, como o aumentada violência e o crescimento de milícias na região. Na realidade, ao tratar da Amazônia, olhando para o discurso, o projeto de Bolsonaro parece ser o de acabar com a ilegalidade do desmatamento por meio de sua legalização. Vale ressaltar que a meta de desmatamento ilegal estava presente na antiga NDC brasileira e que foi revisada pelo governo para uma nova submissão no final de 2020. O presidente, além do mais, deixou sem especificação o que significa zerar o desmatamento ilegal na Amazônia.

COMPOSIÇÃO DO BIOMA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

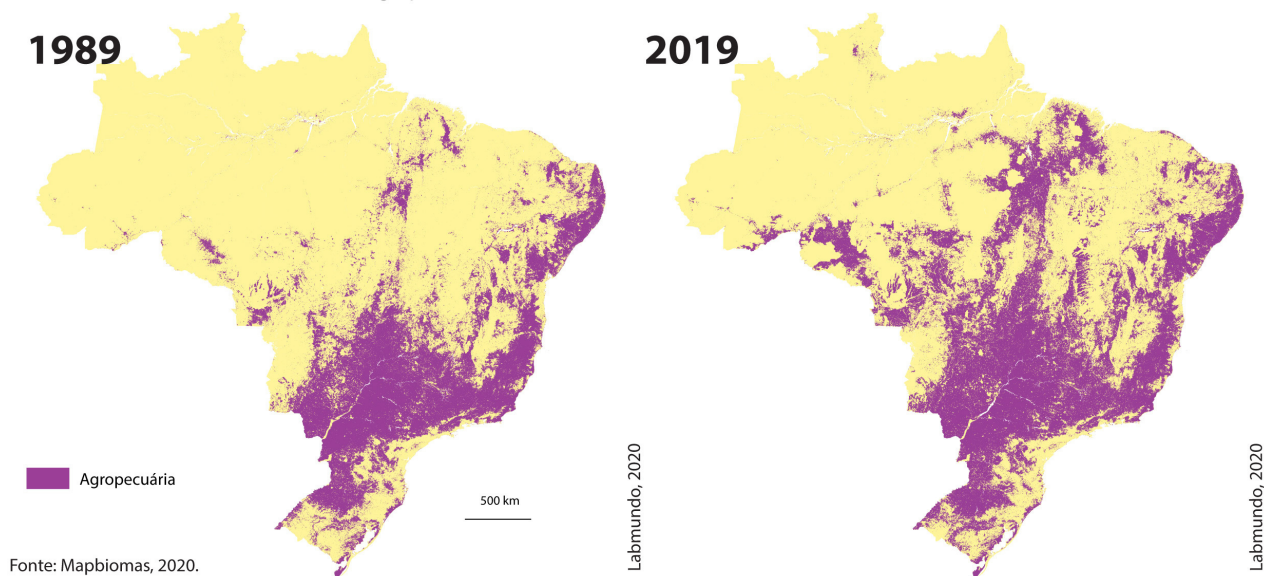
Dinâmica do uso do solo no bioma da Amazônia, por função, entre 1989 e 2019



Assistimos, assim, a um Bolsonaro acuado internacionalmente e pressionado, no plano nacional, pela proximidade das eleições presidenciais em 2022. Com sua popularidade em queda e o retorno ao cenário político de Lula, Bolsonaro não consegue evitar as contradições em seu pronunciamento. Quanto às ações, o governo não logra apresentar planos nem para os recursos que busca acessar por meio das sucessivas tentativas de convencimento da cooperação internacional. Salles, na coletiva de imprensa realizada após o pronunciamento de Bolsonaro, chegou a dizer que os recursos da Noruega para o Fundo Amazônia poderiam ser reativados, a partir da nova atualização sobre as taxas de desmatamento que deve ocorrer no início do segundo semestre. No seu conjunto, tudo isso aponta para uma (proposital) antileitura da realidade.

AVANÇO DA AGROPECUÁRIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Área do território brasileiro destinado à agropecuária, em 1989 e em 2019



Rio de Janeiro, 23 de abril de 2021.